

PEGGY O'DONNELL HEFFINGTON

SEM FILHOS

A LONGA HISTÓRIA
DE NÃO SER MÃE

voegais

*Para a minha família escolhida, por me dar um mundo.
Para a minha pequena família, por me dar um lar.
Vocês sabem quem são.*

Conselho para antigos eus

Queimem os vossos discursos, as vossas instruções, e também as vossas profecias. De manhã, ao acordar: espreguicem-se. Não se queixem. Não velejem na transformação de outra pessoa, com a voz dela na vossa garganta. Não mostrem desprezo num jantar, rindo e pensando: *Se não tivessem tantos filhos.*

A revisão é necessária. A floração, obrigatória. Quando emergirem com cristais numa mão, vingança na outra, lembrem-se da humilde andorinha de celeiro que regressa na primavera. Se não fossem as suas manchas, seria um pássaro totalmente diferente.

Kate Baer, no livro *What Kind of Woman*

ÍNDICE

<i>Nota da autora</i>	9
Introdução — Não vamos ter filhos	13
Capítulo 1 — Porque sempre fizemos escolhas	41
Capítulo 2 — Porque iremos ficar sozinhas	65
Capítulo 3 — Porque não podemos ter tudo	101
Capítulo 4 — Por causa do planeta	127
Capítulo 5 — Porque não podemos	159
Capítulo 6 — Porque queremos outras vidas	191
Conclusão — E, se não se importam que pergunte, porque deveríamos tê-los?	225
<i>Agradecimentos</i>	245
<i>Notas</i>	249
<i>Índice onomástico</i>	285

NOTA DA AUTORA

Temos um termo para designar mulheres que têm filhos: mãe. O que não temos é um termo excelente para designar uma mulher sem filhos, exceto «uma mulher sem filhos»; apenas podemos designá-la com uma descrição daquilo que não tem ou daquilo que não é (ou seja, uma não mãe). Para algumas pessoas, é um problema que vai para além da semântica. «Não quero que “não é mãe” seja parte de quem eu sou», reflete a narradora criada por Sheila Heti no seu livro de 2018 *Maternidade*, «não quero que a minha identidade seja o negativo da identidade positiva de outra pessoa qualquer». Heti sugere o termo «não não mãe»: para as mulheres sem filhos, podia ser uma rejeição da identidade negativa, «não “não mãe”». Para as mães, a dupla negativa cancela-se a si mesma, e tornam-se, simplesmente, mãe. Este, escreve Heti, é um «termo que podemos partilhar».¹ Teoricamente, considero esta sugestão encantadora, embora também seja — pelo menos, para efeitos da escrita de um livro de não ficção — pouco prática.

Não ter as palavras certas para descrever o estado de não ter filhos constituía, como pode provavelmente imaginar, um certo desafio para o livro que se segue, que consiste em muitas palavras sobre o estado de não ter filhos. Sempre que possível, tentei evitar os rótulos que acarretam uma bagagem política ou cultural específica: infecunda, evidentemente, mas também

infértil e, sempre que possível, sem crianças. Em vez disso, tentei descrever as pessoas de acordo com a maneira como viviam: uma mulher «sem filhos» ou «que não teve filhos», que «não era mãe» ou que «sofria de infertilidade» ou que «optara por não ter filhos». Contudo, a parte da minha formação de historiadora que mais me esforcei por eliminar foi o meu entusiasmo de discípula por torturar a língua. Em certos casos, apenas precisamos de um adjetivo ou de um substantivo, e, nesses, normalmente optei por «sem filhos» e por «inexistência de filhos», que são os termos mais comuns e mais amplamente utilizados.

Desde que surgiu, no início da década de 1970, a alternativa «livre de filhos» tem aumentado de popularidade, sendo entusiasticamente adotada por aqueles que escolheram uma vida sem filhos. Muitos encaram-na como um reenquadramento positivo, um antídoto para a deficiência que o termo «sem filhos» implica. O surgimento do termo «livre de filhos» é parte da história contada por este livro, e utilizá-lo mais amplamente seria simultaneamente anacrônico e potencialmente causador de confusão. Além disso, também contrariaria as experiências de muitas mulheres constantes deste livro, que podem ter querido ter filhos e que teriam optado por tê-los se vários fatores nas suas vidas tivessem sido diferentes, que tentaram e não conseguiram ou que consideraram que as suas opções reprodutivas eram tão limitadas que sentiram nunca terem tido realmente uma escolha.

A socióloga Adele E. Clarke afirmou que «precisamos de vocabulários legitimantes para o não ter filhos biológicos — tanto a opção “sem filhos” como a opção “livre de filhos” já são infletidas/estão infetadas. Precisamos de um *vocabulário elaborado* para a criação de parentes e para o cuidar, que vá além do “pró e do anti e do não-natalidade”, e que não utilize a palavra “escolha”, que tem uma conotação binária».² Concordo

plenamente, mas também não disponho das palavras certas. O facto de nos faltarem bons termos para uma vida vivida sem filhos — o facto de nos caber a nós explicar, definir e inventar palavras para este tipo de vida, uma vida que nunca foi invulgar e que se está a tornar cada vez mais vulgar — é parte do motivo pelo qual escrevi este livro.

INTRODUÇÃO

NÃO VAMOS TER FILHOS

A cerimónia dos bebés do Departamento de História decorreu numa tarde de quinta-feira, sob as lâmpadas fluorescentes da Biblioteca Clausewitz, localizada na cave sem janelas de um dos edifícios mais antigos da Academia Militar de West Point. As paredes estão cheias de tomos encadernados a preto, verde e dourado sobre estratégia e história militar, e o centro da sala tem grupos de reluzentes cadeirões de cabedal, adequadamente desconfortáveis para ler esses tomos. A Biblioteca Clausewitz é utilizada pelos alunos da academia como local de estudo tranquilo, como sala para as reuniões do corpo docente e também para as cerimónias de entrega de prémios. Contudo, nessa tarde, estávamos a usá-la como local para comemorar a fertilidade. «Somos um departamento de grande sucesso», disse o docente que estava na frente da sala, jocosamente, mas também nem por isso. «Como se avalia o sucesso de um departamento? Pelo número de novos historiadores que produzimos para o mundo.» Gesticulou para a sala cheia de bebés e crianças de tenra idade, que comiam bolachinhas e tentavam libertar-se dos braços das mães, cuja grande maioria eram mulheres dos meus colegas.

Cheguei à Academia Militar dos Estados Unidos em West Point no dia 4 de julho de 2016, uma data adequada para

franquear os portões da ameaçadora fortaleza de granito empo-leirada na margem ocidental do rio Hudson. Apenas seis sema-nas antes, tinha vestido um traje de veludo azul e dourado para receber o meu diploma de doutoramento na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Chorosa e tremendamente ressacada, apanhei um voo noturno de Oakland para Boston, levando todas as minhas posses materiais — incluindo, por razões que não sei explicar, um caixote do lixo da IKEA que ainda tenho —, enfiadas em dois grandes sacos de viagem que pertenciam a amigos chegados e dos quais me apoderei. Em Boston, comi um cachorro-quente no churrasco que a minha irmã organizou para o feriado, coloquei os sacos de viagem num *Ford Escape* em segunda mão que consegui comprar na Internet e conduzi para sul e oeste, atravessando diagonalmente o Connecticut e dirigindo-me para as florestas verdejantes e para os pontiagudos cumes de granito do vale do Hudson, no estado de Nova Iorque.

O ano que passei a lecionar História em West Point foi cheio de experiências dissonantes. Os meus alunos tinham de se levantar quando eu entrava na sala. Depois de passar sete anos a lecionar calçada quase exclusivamente com sandálias *Birkenstock*, deveria verificar se eles tinham os sapatos bem engra-xados. O mais alarmante — tendo em conta que tinha 29 anos e que encontrara recentemente o meu primeiro cabelo branco — era o facto de terem de me tratar por «minha senhora», um adeus à minha juventude, que pontuava cada afirmação deles e cada pergunta que me faziam. Aprendi que os oficiais do Exército, alguns dos quais eram meus colegas professores de História, participam em rituais elaborados que envolvem cha-péus e continências. Não podem colocar-se debaixo de guarda-chuvas. Nos primeiros dias, fui alvo de muitas piadas sobre a mudança de Berkeley para West Point.

O corpo de oficiais do Exército é «demograficamente urba-no, mas culturalmente rural», disse-me um capitão, quando eu

ainda era demasiado verde para compreender o que ele queria dizer. Quando fui ao primeiro «lanche de senhoras», um evento social regular para a mão-cheia de docentes do sexo feminino do Departamento de História e para as mulheres dos nossos colegas, comecei a perceber melhor. Enquanto bebericávamos e mordiscávamos bolos, mulher após mulher apresentava-se à sala dizendo o nome do marido e as idades dos filhos. Quando chegou a minha vez, disse que só agora estava a começar a sentir-me preparada para a responsabilidade de manter uma planta viva. Os risos que se seguiram foram generosos, mas também deixaram clara a grande distância que havia entre as nossas vidas.

No papel, seria de pensar que não haveria grande distância. As mulheres sentadas em volta da sala tinham formação ao nível do ensino superior, eram maioritariamente brancas e, pelo menos, de classe média, não sendo muito diferentes das mulheres do programa de pós-graduação que eu acabara de terminar ou das que conhecera na universidade. Contudo, eu e estas últimas mulheres tínhamos chegado à casa dos 30 a encarar a maternidade como, no máximo, uma reflexão secundária, algo que acabaríamos por fazer a dada altura, depois de termos executado todas as outras coisas que queríamos concretizar ou que sentíamos que tínhamos de realizar. Uma amiga comentara, na brincadeira, que estávamos à espera de fazer uns saldos «por motivo de falência»: um filho antes de o relógio bater as 40 badaladas. Eu ainda estava a tentar perceber que expressão fazer, quando uma mulher da minha idade me disse que estava grávida. Seria isto um erro aterrorizante e com o potencial de lhe mudar a vida? Ou estaríamos a comemorar? Estas mulheres de oficiais, com 30 anos, estavam grávidas do terceiro filho.

Saí para a quente noite de outono com a cabeça a andar à roda por causa do açúcar e do vinho e ainda a pensar nesta clivagem. Desde então, a escritora Sheila Heti afirmou que as mães e as não mães estão envolvidas numa «guerra civil» e fez

a seguinte pergunta: «De que lado estás?»¹ Nos anos que passaram desde essa noite, as perguntas que me interessam têm menos que ver com o lado de que devo estar e mais com como é que os lados surgiram. Dei por mim a questionar-me sobre como o facto de ter ou não ter filhos se ter tornado o aspeto definidor da identidade de muitas mulheres, separando-as por um fosso que se torna cada vez maior à medida que os anos passam e, depois — *zás!* —, através de um ato de biologia definitivo, as fixa para sempre num dos lados. Todos estamos familiarizados com o tropo — pouco lisonjeiro para todas as mulheres e repetido até à exaustão na televisão, nos filmes e nos livros — de um grupo de mães a falar empertigadamente sobre fraldas e a hora do banho, enquanto a proscrita sem filhos fica sentada a um canto, normalmente a beber álcool.² Numa cena da série da Netflix *House of Cards*, a mulher de um candidato presidencial conversa com Claire Underwood, que é simultaneamente a primeira-dama e a candidata a vice-presidente do partido oposto. «Alguma vez se arrependeu de não ter tido filhos?», pergunta a mulher. Claire Underwood olha expressivamente para a porta pela qual o filho pequeno da mulher acabara de sair intempestivamente uns momentos antes, depois de interromper a conversa delas para exigir em altos berros que lhe dessem sumo. «Alguma vez se arrepende de os ter tido?», responde-lhe.³

As mães e as não mães nem sequer conseguem conversar umas com as outras, diz-nos a cultura popular em artigos com títulos como «Cinco coisas que as pessoas sem filhos simplesmente não compreendem», «Não perdi amigos depois de ter tido filhos. Limitei-me a passar à frente» e «As mães e as mulheres sem filhos alguma vez conseguirão ser verdadeiramente amigas?».⁴ Na minha vida pessoal, senti um distanciamento crescente entre mim e as mães da minha idade — como as mulheres do «lanche de senhoras», mas não apenas as mulheres do «lanche

de senhoras». As mulheres com quem tirei a licenciatura, com quem bebi demasiado uísque em bares, com quem corri maratonas transformaram-se, literalmente, da noite para o dia, em Adultas, com Responsabilidades Reais e Sentido nas Suas Vidas. Entretanto, eu continuei a ser uma criança, não conseguindo alimentar-me correta e regularmente, matando plantas e entregando-me a prazeres loucos e hedonistas, como ir correr todas as manhãs e ter uma sala de estar arrumada.

Enquanto refletia sobre isso, comecei a perceber lentamente que sentimos esta clivagem porque temos de a sentir. As linhas de batalha da guerra civil da maternidade foram-nos dadas como direito inato de pessoas nascidas com órgãos reprodutivos femininos. As mulheres, disse um confiante Napoleão Bonaparte ao seu confidente, Gaspard Gourgaud, «são meras máquinas de fazer filhos». ⁵ Nos Estados Unidos, a expectativa de que as pessoas que nasceram do sexo feminino se tornariam mães foi forjada por uma longa história que visava tornar a reprodução o principal contributo cívico das americanas brancas e a família nuclear o seu único lar natural. Ao mesmo tempo, vários políticos, pensadores e figuras culturais americanas reforçaram essa noção, caracterizando as mulheres que não tinham filhos como desviantes, destroçadas, não femininas, não patrióticas e até — quando eram brancas — traidoras à sua raça. Estes esforços datam, pelo menos, de finais do século XVIII, durante e depois da Guerra da Revolução, quando as mulheres e as filhas dos patriotas eram transformadas em «mães republicanas», que serviam a nação recém-nascida dando à luz e criando a sua próxima geração de cidadãos, banhando a sua prole em virtude cívica americana e alimentando-a com a moral americana. ⁶ Em 1873, o Supremo Tribunal dos Estados Unidos oficializou isto. «O supremo destino e missão das mulheres é cumprir as funções nobres e benignas de mulher e mãe», escreveu o juiz Joseph P. Bradley, numa opinião concordante com uma decisão

judicial que permitia que os estados impedissem as mulheres de ser advogadas. «É esta a lei do Criador.»⁷

Contrariamente à maioria das leis na paisagem política polarizada dos nossos dias, esta teve amplo apoio bipartidário. «O trabalho mais importante que qualquer mulher pode ter é ser mãe», afirmou Ivanka Trump num vídeo de 2016 para a campanha presidencial do pai.⁸ Num discurso inaugural apresentado na cerimónia de formatura de 2015 da Universidade de Tuskegee, a primeira-dama Michelle Obama declarou a sua fidelidade pessoal à lei de Bradley: «Ser mãe-chefe é, e será sempre, o meu trabalho número um.»⁹ É provável que Hillary Clinton vá para a cova ainda a pedir desculpa, tanto a democratas como a republicanos, por aquela vez em que disse que a vida era mais do que fazer bolos e ser mãe a tempo inteiro.¹⁰

Nos últimos anos, o jornal *The New York Times* publicou repetidamente artigos de opinião que acusam as americanas que não têm filhos de não «afirmarem a vida» ou de se recusarem a ter «esperança radical».¹¹ Ross Douthat, o conservador que é o agitador de serviço na página de opinião do *The New York Times*, dispensou a persuasão por completo: «Mais bebés, por favor», exigiu em 2012.¹² Em março de 2019, o senador Mike Lee, um republicano do Utah, levantou-se na câmara do Senado para oferecer «a solução para tantos dos nossos problemas, em todas as alturas e em todos os sítios: apaixonar-se, casar e ter uns quantos filhos».¹³ No verão de 2021, o político republicano J. D. Vance lamentou que o Partido Democrata se tenha «tornado controlado por pessoas que não têm filhos», que, segundo argumentou, não têm um «interesse pessoal indireto» no futuro, sendo que, conseqüentemente, não se pode confiar nelas para tomar decisões sobre o mesmo.¹⁴ Até o papa Francisco, «o papa mais liberal de sempre», disse a uma multidão reunida na Praça de São Marcos, em 2015, que «a escolha de não ter filhos é egoísta».¹⁵ Francisco — um homem que,

num sentido mais literal do que a maioria, escolheu as suas outras paixões em detrimento da parentalidade — tem expressado repetidamente a sua consternação em relação a jovens que preferem adotar animais de estimação a ter filhos, um fenómeno que considera ser uma «degradação cultural» alarmante.¹⁶ Tucker Carlson, pivô da Fox News, concorda plenamente com o papa. «Ter filhos significa ter menos tempo para férias e aulas de bicicleta, onde reside o verdadeiro sentido da vida, certo?», perguntou em direto. «Quer dizer, alguma vez viram coisa mais egoísta, decadente e estúpida?»¹⁷

Embora poucos o digam em voz alta, é sobretudo o egoísmo, a decadência e a estupidez das mulheres que os preocupa. Como é evidente, é igualmente possível que um homem viva a vida inteira e não produza filhos, e, se há menos mulheres a ter filhos, presumivelmente haverá menos homens a ser pais. Contudo, regra geral, um homem que não produz filhos não é identificado com essa lacuna. «O estatuto das mulheres enquanto mães foi tornado um facto importante das suas vidas», escreve Adrienne Rich no seu clássico de 1986, *Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution*. Contrariamente a *não mãe*, «o termo “não pai” não existe». ¹⁸ Isto não quer dizer que os homens não enfrentem pressões e expectativas no que respeita às famílias. A socióloga Alice Rossi observou que a entrada de um homem na idade adulta é definida pela sua capacidade de sustentar uma mulher e os filhos que esta deve ter.¹⁹ Contudo, a pressão para produzir os descendentes que têm de ser sustentados e a culpa de não o fazer recai inteiramente sobre as mulheres.

Atualmente, beneficiamos da sabedoria de pensadoras feministas negras, homossexuais e indígenas, que nos ensinam que o termo «mãe» é mais bem utilizado como verbo e não como substantivo: mãe é algo que se faz, não algo que se é. A cientista social Stanlie M. James argumenta que expandir radicalmente a definição de maternidade e de quem o pode fazer — de maneira

que os progenitores adotivos possam ser maternais e o mesmo aconteça com os homens, os casais homossexuais, as pessoas transgénero, as pessoas não binárias, os professores, os vizinhos, os amigos — é a solução para transformar a nossa sociedade para melhor.²⁰ Da maneira como Stanlie James enquadra isto, a maternidade não precisa de ter nada que ver com um útero que produz um filho ou, sequer, com o facto de a pessoa que pratica a maternidade ter um útero ou identificar-se como mulher. A escritora bell hooks chamou a isto «parentalidade revolucionária», eliminando por completo as associações de género do seu termo.²¹ Contudo, durante grande parte da História abrangida neste livro, as associações de género reinavam: as pessoas preocupavam-se muito com úteros e com o que as pessoas que os tinham faziam com eles. O diagrama de Venn das «mulheres» e das «pessoas designadas fêmeas à nascença» teria sido um círculo, em termos da forma como a sociedade as encarava, e ter-se-ia esperado que todas as pessoas nesse círculo se tornassem mães, independentemente do que queriam das suas vidas: quem queriam ser, quem queriam amar e aquilo a que queriam dar prioridade.

Ao longo de toda a História, não há dúvida de que algumas pessoas encontraram maneiras de não optar pelo casamento e/ou pela reprodução porque não se sentiam sexualmente atraídas por homens, porque não queriam assumir os papéis que eram tradicionalmente os das mulheres ou porque não se identificavam como mulheres. Outras pessoas podem tê-lo feito porque não tinham qualquer interesse, sexual ou não, no homem específico com quem os seus progenitores ou a sua comunidade esperavam que casassem e tivessem filhos. (A noção de que o amor romântico ou a atração sexual eram requisitos necessários para o casamento heterossexual e para fazer bebés é uma invenção relativamente recente.)²² Ainda outras pessoas podem tê-lo feito porque queriam ser eruditas ou pilotos ou juízas ou

campeãs de ténis, e, pelo menos até há muito recentemente, aliar a maternidade e as ambições profissionais simplesmente não parecia possível. Quaisquer que fossem os motivos destas pessoas, todas elas terão pagado um preço social. Hoje em dia, uma mulher cisgénero que tenha priorizado a carreira em detrimento dos filhos, uma lésbica que não possa pagar tratamentos de fertilidade e uma mulher transgénero que não tenha útero falharam, todas elas, a realização do ato biológico de reprodução que passou a definir o nosso género. Independentemente das nossas preferências, identidades e anatomias, nisto — e no preço social que pagamos — estamos unidas.

As mulheres da geração do milénio estão a falhar, em massa, na concretização deste ato biológico específico. Estamos pres-tes a alcançar a maior taxa de inexistência de filhos na História dos Estados Unidos ou, pelo menos, a maior taxa de inexistência de filhos desde a geração desafortunada que viveu os seus anos férteis durante a Grande Depressão.²³ A fertilidade ao longo da vida prevista para as mulheres americanas situa-se em aproximadamente 1,7 filhos por mulher, muito abaixo da taxa de substituição de 2,1 filhos.²⁴ As adoções também diminuíram: o número anual de adoções nos Estados Unidos caiu mais de 17 por cento entre 2007 e 2014 e manteve a trajetória descendente desde então.²⁵ Globalmente, quase metade das mulheres da geração *millennial*, cujas mais velhas estão no início dos 40 anos, não tem filhos, e um número cada vez maior não planeia tê-los.²⁶ «Pensar sobre o futuro», um inquérito de 2021 do Centro de Investigação Pew, colocou a seguinte pergunta aos não progenitores americanos com idades entre os 18 e os 49 anos: «Qual a probabilidade de vir a ter filhos?» — 44 por cento dos inquiridos responderam «não muito provável» ou «nada provável», um aumento acentuado de sete pontos percentuais relativamente a um inquérito de 2018, em que 37 por cento deram essas respostas.²⁷

Como é evidente, o fenómeno da diminuição da fertilidade não é exclusivamente americano. As taxas de fertilidade mais baixas do mundo são na Ásia Oriental: na Coreia do Sul, as mulheres têm uma média de 0,8 filhos durante a vida. Em Singapura, têm 1,1 filhos.²⁸ A fertilidade em vários países do Sul da Europa também caiu o suficiente para causar preocupação: na Grécia, em Itália e em Espanha, as mulheres têm, em média, aproximadamente 1,3 filhos. Muitos destes países reagiram com políticas concebidas expressamente para incentivar as pessoas a ter filhos e a ter muitos. No Japão, onde a taxa de fertilidade caiu para 1,3 filhos, o governo tem-se mostrado particularmente criativo, instituindo «semanas familiares» durante as quais os progenitores não podem trabalhar depois das 19 horas e realizando festas patrocinadas pelo Estado, nas quais os jovens são incentivados a apaixonar-se, a ter relações sexuais e a casar, não necessariamente por essa ordem. Durante a última década, o governo francês gastou montantes significativos para incentivar os nascimentos, financiando políticas que promovem licenças de maternidade e paternidade alargadas, desagravamentos fiscais e outros incentivos financeiros, cuidados infantis em casa, infantários e subsídios para as mães que querem ficar com os filhos e preferem não trabalhar enquanto os seus descendentes são pequenos. Em França, pelo menos, há algumas provas de que estas políticas estão a resultar — se não no sentido de aumentar os nascimentos, pelo menos para abrandar o seu declínio. A taxa de fertilidade francesa está a diminuir — 1,83 em 2020, uma descida em relação aos 1,89 de 2018 e aos 2,03 de 2010 —, mas está a decrescer mais lentamente do que noutros países, e continua a ser a mais elevada da Europa.²⁹

Os Estados Unidos têm-se mostrado lentos no que respeita à instituição de políticas que podem incentivar as pessoas a ter mais filhos — com exceção de tentarem limitar o acesso à contraceção e de criminalizarem o aborto —, mas isso não nos

impediu de ficarmos assustados com o facto de muitos americanos não os terem. Todas as primaveras, o Departamento da Saúde e dos Serviços Sociais dos Estados Unidos publica um relatório que contabiliza o número total de bebés nascidos no ano de calendário anterior e que classifica os dados de acordo com idade, raça e residência da mãe. Todas as primaveras, de 2015 a 2021, esse número era inferior ao do ano anterior. Na primavera de 2022, as notícias foram mistas — o número de bebés nascidos em 2021 era ligeiramente superior a 2020, mas, ainda assim, significativamente inferior a 2019 — e não impediram a avalanche de artigos de pânico, de discursos políticos previsíveis e de publicações nas redes sociais que, agora, se tornaram uma tradição anual.³⁰ As mulheres americanas estão a ter menos filhos, dizem. As famílias são mais pequenas; a inexistência de filhos está a aumentar. Todos estes artigos fazem a mesma pergunta: Porquê? Porque é que as jovens mulheres de hoje estão a dar cabo da única função verdadeiramente básica dos nossos corpos de mamíferos? Porque estão a ignorar os imperativos da sua biologia, a recusar-se a fazer o que lhes compete para dar continuidade à espécie humana, a negar aos seus progenitores a alegria de terem netos? Porque estão a desperdiçar — aparentemente, a optar por desperdiçar — a oportunidade de terem algo que tantas pessoas dizem dar sentido às suas vidas? *Porque é que* as mulheres americanas jovens não estão a ter filhos?

Como é evidente, as teorias abundam. A explicação menos generosa para a mulher moderna sem filhos conclui, regra geral, que a mulher simplesmente não está para se dar ao trabalho. Reza a história que essa mulher é (nós somos) demasiado egoísta(s), demasiado ambiciosa(s), demasiado míope(s) e demasiado envolvida(s) no seu (nos nossos) emprego(s). Diz esta teoria que as mulheres saíram da esfera privada e entraram na força de trabalho, indo para fábricas, escritórios, hospitais e salas

de reuniões, que começaram a dar prioridade à ambição e ao sucesso profissionais em detrimento da maternidade. Por outras palavras, as mulheres estão a *optar* por não ter filhos porque querem outras coisas — cafés, diplomas, carreiras, férias, indubitavelmente tostas com abacate — mais do que querem filhos.

Outras explicações mais generosas centram-se menos no nosso feminismo ou nos nossos hábitos de ingestão de cafeína e mais na realidade económica mais rigorosa e dura que os jovens americanos enfrentam atualmente. Correndo o risco de exagerar o óbvio, custa muitas tostas com abacate mandar o nosso filho para o infantário durante um mês. Um inquérito realizado em 2021 pelo jornal *The New York Times* concluiu que as decisões relativas à reprodução estavam estreitamente ligadas aos empregos, ao dinheiro e à luta desesperada que muitos *millennials* tiveram de travar para conseguirem entrar, ainda que precariamente, na classe média, que está a sofrer uma rápida erosão. Um estudo conexo realizado em todo o país sobre o número de nascimentos a nível nacional concluiu que a fertilidade diminuiu drasticamente desde 2009, não apenas nas regiões costeiras, nas cidades ou nos estados democratas, como seria de esperar, mas na maior parte dos distritos: republicanos e democratas, ricos e pobres, urbanos e rurais, em toda a nação. Para aquelas que concluíram os estudos universitários e entraram na Grande Recessão, como aconteceu comigo, ou que resistiram a ela a partir dos pequenos barcos a remos que são os empregos de início de carreira, quererem sentir-se económica e profissionalmente estáveis antes de se prepararem para sustentar um novo ser humano não é apenas uma preferência. Muitas mulheres jovens encaram a priorização das suas carreiras como nada menos do que algo necessário para sobreviverem.³¹ Todas nós ouvimos o velho conselho de nos limitarmos a ter um filho, porque, mesmo que as finanças e a logística nos pareçam impossíveis agora, «as coisas hão de compor-se». Aquelas

que, em tempos, podem ter sido palavras sábias de incentivo soam agora como palavras ocas para uma geração que viu em primeira mão o que acontece quando as coisas *não* se compõem de maneira muito profunda. Quando o banco Lehman Brothers declarou falência na manhã de 15 de setembro de 2008, arrastando a economia global para uma espiral mortífera que durou vários anos, as pessoas da geração *millennial* tinham entre 12 e 27 anos. Na primavera de 2020, quando a pandemia de covid-19 obrigou os americanos a ir para a fila do desemprego em números que não eram vistos desde a Grande Depressão, tinham entre 24 e 39 anos.³²

À medida que a covid-19 se espalhou pelo país e que os confinamentos nos empurraram para nossas casas, a procura de métodos contraceptivos de venda livre e com receita médica aumentou exponencialmente nos Estados Unidos e em todo mundo, ultrapassando rapidamente as reservas americanas e mundiais.³³ Quatro em cada dez mulheres americanas disseram ao Instituto Guttmacher que a pandemia as obrigara a mudar os planos sobre quando e se ter filhos, ou a reduzir o número de filhos que tencionavam ter.³⁴ Nas clínicas de aborto, os telefones tocaram incessantemente durante o primeiro ano da pandemia, em parte porque vários estados determinaram que os abortos eram serviços «não essenciais» durante o confinamento, provocando o recurso às clínicas dos estados vizinhos, e em parte porque, como as mulheres disseram repetidas vezes às clínicas de aborto, a crise instalada significava que, «neste momento, ter um filho não é o melhor para elas».³⁵

Contudo, embora a crise fosse global, a distribuição dos seus efeitos era desigual, atenuada ou não pela estabilidade e pelo estatuto económicos. Os anos da pandemia assistiram a uma queda de nascimentos entre as mulheres negras e com baixos rendimentos, as pessoas mais afetadas pela recessão económica que acompanhou o vírus. Em contrapartida, uma fatia

pequena, mas não insignificante, das mulheres americanas mais ricas — aquelas que deram por si a trabalhar a partir de casa e a poupar dinheiro que, normalmente, teriam gastado em contas de restaurante e férias — encarou a pandemia como altura ideal para engravidar e fê-lo em números maiores do que talvez tivesse ocorrido noutra situação.³⁶ Em geral, os nascimentos diminuíram durante a pandemia, mas aumentaram nas classes média e alta brancas. Hannes Schwandt, professor catedrático de Economia na Universidade Northwestern, afirmou o seguinte: «Pode bem ser que esta seja a primeira vez numa recessão em que a fertilidade aumentou em alguns grupos.»³⁷

O entusiasmo pela reprodução sentido pelas mulheres que conheci em West Point era cultural, na medida em que ocorria numa cultura em que ter filhos era socialmente esperado e recompensado, mas não era *apenas* cultural. Era igualmente estrutural. A vida militar acarreta grandes riscos, evidentemente, mas também proporciona estabilidade: bons salários, subsídios de alojamento, cuidados de saúde gratuitos, infantários subsidiados e — apesar das deslocações geográficas frequentes — fortes redes comunitárias, frequentemente dirigidas por mulheres, que dão apoio material e emocional aos recém-chegados. Apesar dos sacrifícios que exige aos seus membros, o Exército americano faz um excelente trabalho no que respeita a proporcionar condições para que as pessoas possam ter famílias grandes — e para que o façam. Em certo sentido, o «lanche de senhoras» de West Point foi uma viagem ao passado, a uma era anterior para a classe média branca, quando o tempo, o dinheiro e o apoio comunitário davam às pessoas bons motivos para acreditarem no seu presente e na estabilidade futura. Muitos dos motivos que as mulheres americanas indicam para não ter filhos não se aplicavam às mulheres que estavam naquela sala, por causa de decisões — políticas, legislativas e estruturais — tomadas por pessoas fora dela.



A maioria das explicações para o facto de as mulheres não terem filhos centra-se nas escolhas individuais feitas por mulheres individuais. Uma pessoa quer ter filhos, mas acha que não tem dinheiro para isso. Outra foi demasiado picuinhas durante demasiado tempo e só encontrou um parceiro quando já era demasiado tarde. Ainda outra não quer crescer, pôr a vida em ordem ou dar o salto no escuro reprodutivo que os seus progenitores deram. Outra ainda escolheu a carreira, a compra de uma casa ou a poupança para a reforma em detrimento de ter filhos. Mais uma não está disposta a ignorar as nossas crises atuais — políticas, ambientais, económicas... escolham a que quiserem — e a optar pela esperança. Dizemos a nós mesmos que estas mulheres não são mães porque não *escolheram* ser mães. Dizemos a nós mesmos que, se quisessem ter filhos, teriam feito escolhas diferentes.

Podem perdoar-nos que pensemos assim. Nos Estados Unidos, escolha é apenas outra palavra para liberdade. No seu parecer favorável relativo ao processo judicial *Roe vs. Wade*, o juiz conservador do Supremo Tribunal Potter Stewart escreveu o seguinte: «a liberdade de escolha pessoal em questões de casamento e vida familiar» — incluindo, argumentou, a escolha de fazer um aborto — «é uma das liberdades» protegidas pela 14.^a Emenda. Desde então, a palavra «escolha» tornou-se um grito de mobilização dos movimentos femininos progressistas, sinónimo de acesso ao aborto usado com perícia numa sociedade que tem um ponto fraco pela reivindicação de liberdades individuais. A ideia de escolha «criou» o feminismo de segunda vaga, escreveu famosamente Susan Brownmiller, uma importante e controversa feminista da década de 1970. A *escolha* de fazer um aborto. A *escolha* entre carreira e família. A *escolha* de não ter filhos. A escolha era concreta, era uma

exigência específica que não exigia fazer quaisquer mudanças maiores, mais vagas e mais difíceis ao mundo no qual as mulheres faziam as escolhas — ou ao mundo no qual teriam de criar os seus filhos.³⁸ Enquadrar as exigências feministas em termos de «escolha» encaixava bem nos ideais individualistas profundamente enraizados do Sonho Americano: os ideais de que as várias vias para a vida, a liberdade e a felicidade eram colocadas aos pés de cada americano individual e de que estes só precisavam de calçar os sapatos e trilhar aquela que mais lhes agradava. Hoje em dia, esta aparente liberdade de escolha leva a que a maternidade ou a não maternidade de qualquer pessoa individual pareça totalmente deliberada.

Ao longo da nossa História, enquadrar a não maternidade como uma escolha deliberada foi também útil para aqueles que encaravam o não ter filhos como anómalo ou desviante. Estas mulheres poderiam ter sido mães, mas não foram, e, consequentemente, merecem o nosso desprezo. Como é evidente, a infertilidade ameaçava turvar as águas, dado que, normalmente, envolvia mulheres que aspiravam ser mães — e que, presumivelmente, aceitavam a maternidade como norma social desejável —, mas não podiam sê-lo. Devido a isto, importantes políticos e pensadores americanos esforçaram-se muito por fazer a distinção entre mulheres inférteis e mulheres sem filhos por escolha; entre mulheres que teriam escolhido a maternidade se pudessem tê-lo feito e mulheres que podiam ter sido mães mas não foram. «Há muitas pessoas boas a quem é negada a bênção suprema de ter filhos, e, por elas, temos [...] respeito e compaixão», disse em 1905 um Theodore Roosevelt de óculos ao Congresso Nacional de Mães dos Estados Unidos, uma organização agora conhecida como Associação de Pais e Professores. Contudo, as mulheres que optaram por não escolher a maternidade eram «criaturas pouco agradáveis», tão úteis para a sociedade quanto «pão ázimo» e «um dos aspetos mais desagradáveis

e perniciosos da vida moderna». ³⁹ Por outras palavras, não era apenas a não maternidade da mulher a constituir o problema. O problema era a sua *escolha* de não ser mãe.

Com a introdução de tecnologias de reprodução assistida, como a fertilização *in vitro* ou FIV, nas últimas décadas do século xx, tais proezas de distinção tornaram-se desnecessárias: embora o tratamento para a infertilidade estivesse, e ainda esteja, fora do alcance financeiro da maioria dos americanos e apesar de as taxas de sucesso da FIV variarem grandemente, a sua mera existência — e a indústria mundial de múltiplos milhares de milhões de dólares que foi criada à sua volta — faz parecer que a infertilidade foi curada. Vivemos numa sociedade que acredita que as mulheres *podem* escolher evitar, interromper ou iniciar uma gravidez a seu bel-prazer, mesmo que isso não perdoe moralmente todas essas escolhas. Qualquer mulher que não tenha filhos tem de ter escolhido essa vida.

Empírica, lógica e anedoticamente, sabemos que isso simplesmente não é verdade. As feministas negras têm salientado a inadequabilidade do termo «escolha» desde, pelo menos, 1994, altura em que um grupo de mulheres negras que eram líderes, eruditas e ativistas propuseram o termo «justiça reprodutiva» para o substituir. ⁴⁰ A palavra «escolha» implica a capacidade de escolha, uma capacidade que foi negada a muitas mulheres americanas desde há muito. As mulheres escravizadas não possuíam legalmente os seus corpos e muito menos tinham o direito de tomar as suas próprias decisões reprodutivas. No século xx, os estados segregacionistas do Sul dos Estados Unidos criaram clínicas de controlo da natalidade publicamente financiadas, especificamente para limitar o nascimento de crianças negras. ⁴¹ Nas décadas de 1960 e 1970, os médicos sulistas realizavam esterilizações involuntárias em mulheres negras com tal frequência que a ativista de direitos civis Fannie Lou Hamer deu ao procedimento o termo de «apendicectomia do Mississípi». ⁴²

Na década de 1970, o Indian Health Service foi acusado de ter esterilizado até um quarto das mulheres nativas sem consentimento das mesmas.⁴³ Isto não é história antiga: no outono de 2020, um denunciante alegou que um centro de detenção com fins lucrativos, pertencente ao Serviço de Imigração e Controlo Aduaneiro dos Estados Unidos e localizado na Geórgia, estava a impor esterilizações a mulheres imigrantes que não tinham dado consentimento nem, em muitos casos, sabiam inglês suficiente para compreender o que lhes fora feito.⁴⁴

Laurie Bertram Roberts, diretora-executiva do Mississippi Reproductive Freedom Fund, explicou recentemente que «justiça reprodutiva» é «o direito humano a ter um filho, a não ter um filho e a ter capacidade para criar as famílias em ambientes seguros e protegidos, onde as necessidades básicas são supridas».⁴⁵ O objetivo tem menos que ver com o aborto, menos que ver com a escolha de ter ou não ter um filho, e mais que ver com as condições em que essa escolha é feita e as condições em que qualquer filho resultante dessa escolha será criado. Talvez a pergunta certa não seja «Porque é que as mulheres americanas não têm filhos?», mas sim «Que outras decisões são as mulheres obrigadas a tomar para que isso afete as suas escolhas reprodutivas e em que condições estão a tomar essas decisões?». Ou pode ser ainda mais simples: como — *como diabos* — poderiam ter filhos? Para muitas mulheres jovens — mesmo aquelas que não sofreram a violência da esterilização forçada —, as condições em que têm de fazer escolhas reprodutivas são tão limitadas que essas escolhas nem sequer parecem ser uma escolha.

Os números confirmam isto. Ao longo das últimas quatro décadas, estudos dos Centros de Prevenção e Controlo de Doenças dos Estados Unidos (CDC, na sua sigla original) determinaram, de forma consistente, que muito poucas mulheres estão dispostas a rotular-se como «voluntariamente sem filhos»: 6 por cento em 2017, um aumento ligeiro em comparação com

4,9 por cento em 1982.⁴⁶ Outro estudo determinou que aproximadamente 5 por cento das mulheres se identificam como «involuntariamente sem filhos», querendo isso normalmente dizer que queriam ter filhos, mas a infertilidade interveio.⁴⁷ Para as restantes, a maioria sem filhos, chegámos à nossa não maternidade lenta e indiretamente, através de uma série de decisões que, por vezes, nada tiveram que ver — e, contudo, tiveram tudo que ver — com a reprodução: voltar a estudar para fazer uma pós-graduação e mudar de carreira, abandonar um casamento sem amor aos 35 anos, aceitar um emprego longe de redes familiares que poderiam ter dado apoio, esperar por um parceiro que nos faça mais felizes do que podemos fazer-nos a nós mesmas, encarar com seriedade os incêndios, cheias e tempestades que anunciam catástrofes climáticas durante a vida da próxima geração. Em certos casos, a escolha foi feita em nosso lugar, por empregos sem licença parental remunerada, pelos custos estonteantes dos infantários, pelas prestações exorbitantes dos empréstimos a estudantes, pelos cuidadosos cálculos matemáticos que é necessário fazer, nos Estados Unidos do século XXI, para termos uma casa ou esperança de alguma vez nos reformarmos. Algumas mulheres experimentaram medicamentos para a fertilidade, inseminação intrauterina ou FIV, tendo decidido parar quando isso se tornou demasiado dispendioso ou fisicamente desgastante, e existem numa zona cinzenta entre escolherem não ter filhos e não poderem tê-los. Somos aquilo a que um estudioso chama «proteladoras perpétuas», mulheres que poderiam ter sido mães se as nossas vidas tivessem sido diferentes ou se a sociedade em que vivemos fosse diferente — mulheres cujos relógios biológicos deram as badaladas da meia-noite, cujo prazer pelas noites sem dormir se esgotou ou cujos progenitores idosos começaram a precisar de cuidados, tudo isto antes sequer de que ter um filho fizesse o mínimo sentido.⁴⁸

SER MULHER NÃO É SINÓNIMO DE MÃE

Num momento em que a taxa de natalidade está em queda, é comum dizer-se que a geração *millennial* inventou a «ideia» de não ter filhos. Mas a História está repleta de mulheres sem filhos: algumas por escolha, outras que os quiseram mas não os tiveram, e outras ainda — a maioria, então e agora — que ficaram algures pelo meio.

Com um apurado trabalho de pesquisa e baseada na sua própria experiência como mulher sem filhos, a historiadora Peggy O'Donnell Heffington mostra-nos que muitas das razões pelas quais as mulheres não têm filhos hoje em dia são as mesmas das gerações passadas: falta de apoio, de emprego ou de disponibilidade financeira, preocupações ambientais, infertilidade e o desejo de viver diferentes tipos de vida.

Sem Filhos é um livro essencial para compreender quão normal sempre foi não ter filhos, e quão arduamente a sociedade se esforça para fazer com que isso pareça uma anormalidade. Este é o livro ideal para reconstruir a ligação entre mães e não mães, sem apontar dedos ou fazer julgamentos prévios, e assim construir um mundo melhor para todos.


«Um trabalho libertador e perspicaz
de sociologia e história cultural.»

Kirkus



Penguin
Random House
Grupo Editorial

www.penguinlivros.pt

   penguinlivros

ISBN 9789897873508



9 789897 873508 >